

# Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

---

Elementos para apreciação

Outubro 2017

# Introdução

---

- Por que revisar a Política?
- Elementos que suportam a proposta de apreciação
  - Trajetória de implementação da PEP (2007-2017): balanço do que foi realizado
  - Problemas, necessidades e demandas atuais dos gestores estaduais e municipais do SUS
  - Impulso para esta apreciação vem dos sujeitos que estão implementando a Política
  - Necessidade de buscar estratégias em defesa das ações de EPS no contexto atual

# Importância da Política

---

- A PNEPS constituiu grande avanço quando elencou as diretrizes de sua implementação fomentando a condução regional da política, participação interinstitucional e intersetorial, além de definir orçamento para projetos e ações de educação permanente.

# Trajetória e configuração do SUS no período de implementação da PEP

---

- Sub-financiamento do SUS
- Implantação das RAS – Redes Integradas de Saúde ((Ministério da Saúde, 2010 – portaria nº 4.279, de 30/12/2010).
- Inovações organizacionais na Atenção Primária à Saúde: implantação dos NASF, PMM, implantação de UPAS
- COAPES

# Movimentos de revisão

---

- **Junho/2013:** entrevistas feitas por telefone com os responsáveis pela Política nos estados, seguidas do preenchimento de um formulário disponibilizado, por meio do FORMSUS, com o objetivo levantar informações que qualificassem as potencialidades, as dificuldades, nós críticos, aspectos jurídicos e administrativos
- Oficina de Trabalho com o tema: “Dialogando sobre a Política de Educação Permanente em Saúde/EPS”, que aconteceu em Brasília/DF, em **dezembro de 2014** (participaram representantes do Ministério da Saúde, dos estados, de vários municípios, bem como trabalhadores e gestores de saúde pública)

# Movimentos de revisão

---

- **julho de 2015:** novo processo de consulta aos atores locais, utilizando formulário com perguntas pré-estruturadas e coletadas por meio do FORMSUS para averiguar como estava e o papel das instâncias da política no território.

Dimensão	Problemas
<b>GESTÃO DA PNEPS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divergências relacionadas à apropriação conceitual nas diferentes instâncias de ação da Política; Isto resultou, em muitos casos, na falta de entendimento e no desconhecimento dos papéis dos diversos atores envolvidos nos processos de Educação Permanente em Saúde Apoio incipiente aos municípios; Inércia no planejamento; Dificuldades de realizar o mapeamento das necessidades de formação e educação permanente dos locais; Entraves administrativos e financeiros;</li> <li>• Dificuldades enfrentadas pelo Ministério da Saúde para ofertar suporte técnico à PNEPS, conforme preconizado nos seus atos normativos, para promover a mobilização dos trabalhadores, gestores e demais atores nos Estados e Municípios..</li> </ul>
<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impossibilidade dos Estados de execução dos recursos pela legislação, dificultando a realização das ações de EPS.</li> </ul>
<b>INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de institucionalizar a Política de Educação Permanente.</li> <li>• Desconhecimento da importância desta política, por parte dos gestores</li> </ul>
<b>FRAGILIDADE DOS ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E INTERSETORIAL COM CIES E CIR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de articulação entre os espaços de tomada de decisão</li> <li>• Alta rotatividade de Secretários Municipais e estaduais de saúde, gestores das unidades</li> <li>• Mudança na composição das instancias de pactuação da política</li> </ul>

# Sugestões das oficinas de avaliação

---

- Sugere-se ao MS fortaleça o vínculo com atores da política dos estados, sugestões quanto à criação, de um Sistema de Informação de Educação Permanente, e a discussão com os Estados sobre a revisão da portaria da PNEPS

# Estudos sobre o processo de implementação da PNEPS

---

**Cardoso, M.L.M et al (2017):** “A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir das práticas”. Rev. Ciência e Saúde Coletiva

- Questões norteadoras:
  1. Quais as experiências de EPS na Escola e no Estado?
  2. Quais aspectos/elementos caracterizam a experiência?
  3. Com quais instituições, serviços, grupos a experiência dialoga?

## Estudos sobre o processo de implementação da PNEPS

---

- Resultados
- Experiências: cursos (predomínio); processos políticos (planejamento participativo, conferências, programa de pesquisa no SUS, elaboração do Plano Estadual de EPS), desenvolvimento institucional das Escolas (oficinas pedagógicas, material didático, PPP)
- Nas Escolas os princípios, as bases e os conceitos de EPS “pegaram, colaram-se definitivamente às práticas e atividades das Escolas”

# Estudos sobre o processo de implementação da PNEPS

---

- A descontinuidade do recurso da PNEPS em 2011 reduziu o número de ações. Por outro lado: embora o financiamento tenha sido considerado um aspecto importante, a escassez ou ausência do recurso não foi caracterizado como principal problema para a execução de ações. Participação das Secretarias no apoio as ações educativas
- “ a reorientação dada pela portaria de 2007 provocou mais mudanças na organização política nos Estados do que propriamente em sua apropriação conceitual”
- CIB como espaço de pactuação (substituindo a CIES)

# Estudos sobre o processo de implementação da PNEPS

---

- Formação no trabalho enfrenta desafios (a) desconhecimento e desvalorização da EPS por parte dos gestores; b) precarização das relações de trabalho (contrato temporário é contraditório a política de EPS)
- Ausência de monitoramento e avaliação, especialmente quando refere ao impacto na prática dos profissionais
- O trabalho com equipes multiprofissionais é um aspecto pouco encontrado nas experiências em curso
- CIES e a articulação com o COAPES

## Evidências sobre o processo de implementação da Educação Permanente nos Estados

---

- Um dos principais nós críticos relatados por gestores para a utilização dos recursos foi a **gestão financeira**, particularmente sobre a contratação de serviços na área de educação, mais especificamente em relação à Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União, que impede a remuneração de funcionários públicos nas atividades de EPS (FERRAZ et al, 2013).
- Necessidade de **orientação sobre as formas legais de como o recurso da EPS poderia ser descentralizado**; limitado conhecimento e morosidade do órgão designado para administrar o recurso financeiro; necessidade de maior mobilização dos membros da CIES para exigir da CIR respostas junto ao órgão responsável pela gestão.

## Estudos trazem evidências importantes sobre o processo de implementação da Educação Permanente nos Estados

---

- A PNEPS é responsável pela ampliação da oferta de processos educativos para a qualificação da força de trabalho em saúde, entretanto, no que concerne a qualificação dos vários profissionais, observa-se **persistência de práticas hegemônicas**, que muitas vezes dificultam a consolidação da política de EPS. (BARBOSA et al, 2011),
- Estudo de revisão realizado por Stroschein & Zocche (2014), no período de 2004 a 2014, reitera a **necessidade de problematizar a prática do trabalho** e a integração dos atores envolvidos com a formação para a área da saúde: a gestão, a atenção, o controle social e o ensino

# Evidências sobre o processo de implementação da Educação Permanente nos Estados

---

- Sobre a implantação das CIES e os fatores que potencializam e fragilizam a construção e o desenvolvimento dos PREPS. : infraestrutura, gestão de processos administrativos, necessidade de um marco legal, que possa viabilizar a contratação e execução das ações de educação permanente, manutenção de práticas pedagógicas alicerçadas na fragmentação do cuidado e incipiência do controle social.
- Destacou-se, também, a importância das CIES como locais de pactuação, de discussão nas regiões. Outro ponto foi a parceria com as instituições de ensino, classificada como fundamental.
- Como fatores que fragilizam a política estão as **dificuldades de articulação e a participação e o envolvimento pessoal e institucional**. Por último, ressalta-se a participação dos gestores
- (Macedo et al, 2014), (FERRAZ et al, 2014; NICOLETTO, 2013; MACÊDO, 2014). França et all (2016)

# PEP: importância para a qualificação e valorização do trabalhador da saúde

---

- Aspectos a problematizar na PEP:
  - O conceito de “Educação permanente” como eixo da prática profissional em saúde
  - O conteúdo da Portaria
  - Situação atual por estado, ponto de partida para a revisão da PEP

# PEP: importância para a qualificação e valorização do trabalhador da saúde

---

- Em cenário restritivo quais seriam as prioridades para a EPS?
- Como estimular a interprofissionalidade? O trabalho em equipe? Pensando a EPS em função dos Objetos de Trabalho, linhas de cuidado e equipes envolvidas (Interprofissionalidade)
- Necessidades técnicas e organizacionais para o fortalecimento da política

# Questões que devem nortear o debate

---

- Que estratégias podemos sugerir para o fortalecimento da PNEPS?
- Como melhorar as relações entre os sujeitos envolvidos na saúde e ampliar a participação dos atores sociais na PNEPS?
- Como pensar no processo formativo e sua integração ensino serviço, voltados para as necessidades do SUS refletidos na PNEPS?
- Como trabalhar a PNEPS de forma a colocar a educação como um componente estratégico da gestão no SUS para promover transformações efetivas e interferir na formação, aproximando o ensino e os serviços, bem como estes à realidade dos usuários?
-

# Referencias

- FRANÇA, T. ; MEDEIROS, K. R. ; BELISARIO, S. ; CASTRO, J. L. ; PINTO, I. C. M. . Política de Educação Permanente em Saúde no Brasil: a contribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço. Ciência e Saúde Coletiva (on line), 2016.vv
- LOPES, SRS; PIOVESAN, ETA; MELO, LO; PEREIRA, MF. Potencialidades da educação permanente para a transformação das práticas de saúde. Comun. ciênc. saúde;18(2):147-155, abr.-jun. 2007.
- PAIM JS. Recursos humanos em saúde no Brasil: problemas crônicos e desafios agudos. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. USP, 1994.
- PEDUZZI M; SCHRAIBER LB. Workshop: mapeamento de projetos de pesquisa e de intervenção sobre recursos humanos em saúde, no âmbito nacional Interface (Botucatu) vol.4 nº.7 Botucatu Aug. 2000 p. 149-152.
- SILVA AM, PEDUZZI M. Caracterização das atividades educativas de trabalhadores de enfermagem na ótica da educação permanente. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2009;11(3):518-26. Available from: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a08.htm>
- es Sociais e as Fundações estatais de Direito Privado. Tese de Doutorado. ENSP/FIOCRUZ. 2015

# Programa da Oficina

---

- Abertura
- Mesa-redonda e debate : Análise do processo de implantação da PEP no âmbito regional e estadual (estudos já realizados e relatórios dos estados);
- Trabalho de grupo (organizados em função do Estado: matriz de problemas e propostas;
- Plenária: apresentação dos resultados dos trabalhos de grupo
- Síntese: Relatório Final